

Governadores resistem em pagar dívidas

publicar

Um total em torno de US\$ 3,4 bilhões é quanto 12 estados brasileiros precisarão desembolsar no próximo ano, se mantida a decisão do governo federal de exigir um pagamento mínimo de 25% de suas dívidas externas vencidas e a vencer. Esse valor corresponde a 36% do que o país pagará em serviço de sua dívida externa. Só o estado de São Paulo teria que gastar US\$ 1,8 bilhão, mais do que todos os outros juntos e o equivalente a quase um terço de seu orçamento global. O Rio teria que arcar com US\$ 350 milhões, mais do que espera receber com a reforma tributária.

Os governos estaduais argumentam que não podem suportar essa carga, sob pena de pararem suas economias. Na semana passada, secretários de Fazenda reuniram-se com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, e propuseram o refinanciamento de 90% do principal da dívida e o pagamento de 10% no lugar dos 25% determinados pelo governo federal. Os governadores de São Paulo, Orestes Quercia; do Rio, Moreira Franco; de Minas, Newton Cardoso; e do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, estão articulando com o deputado Ulysses Guimarães a derrubada da decisão.

Pedro Simon argumenta que seu estado precisaria pagar US\$ 180 milhões em 1989, se mantida a decisão do governo federal, valor equivalente à previsão de investimentos do governo gaúcho em saúde, educação, energia, agricultura, telefonia e pagamento do funcionalismo. "Se formos obrigados a pagar isso estamos perdidos", afirmou Simon, que não quer desembolsar nem 10%. Ele reuniu-se, ontem, com Ulysses, no Palácio Piratini, e reforçou o pleito para uma ação no Congresso. A dívida externa corresponde a 20% da dívida total do estado.

A despesa de Santa Catarina seria ainda maior, de US\$ 280 milhões, de acordo com o governador Pedro Ivo. "Não posso ficar quatro anos pagando dívidas que não fiz", disse ele, considerando impraticável a determinação do governo. O estado tem uma dívida de Cz\$ 399,9 bilhões, sendo 36% equivalentes à dívida externa. Pedro Ivo está interessado em negociar a redução do índice de 25% para 10%.

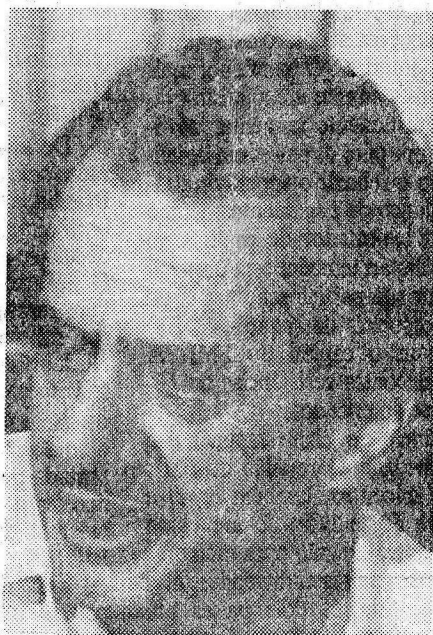
O Maranhão também vai entrar na briga dos estados para tentar reduzir o percentual do pagamento dos juros da dívida externa. Do contrário, o estado terá que arcar em 1989 com US\$ 170,7 milhões. Segundo o secretário da Fazenda, Pedro Novaes de Lima, a dívida externa do estado é de US\$ 1 bilhão, representando 80% do endividamento do estado. Se a decisão do governo for mantida, serão comprometidos vários investimentos, principalmente em educação e saúde.

O governo do Piauí também terá que fazer um desembolso elevado — US\$ 117 milhões — para pagar 25% dos juros da dívida vencida e a vencer, resultando em cortes de setores básicos. A despesa do Paraná seria de US\$ 103 milhões, considerada impraticável pelo secretário de Fazenda, José Pio Martins. A Bahia teria que desembolsar US\$ 90 milhões, o equivalente a 30% da dívida total do estado.

O estado de Pernambuco terá que pagar tudo o que arrecadar de ICM em dezembro deste ano para cumprir a determinação do governo sobre o pagamento da dívida externa. São cerca de US\$ 71 milhões, que o estado não tem condições de desembolsar, afirma a secretária da Fazenda, Tania Bacelar.



Pedro Ivo: impossível pagar



Simon: apelo a Ulysses

Mato Grosso também não tem condições de arcar com os recursos necessários ao pagamento de 25% de sua dívida, cerca de US\$ 37,5 milhões. "São dívidas acumuladas em governos anteriores e para saldá-las o governo teria que abrir mão de uma série de compromissos, inviabilizando seu funcionamento", argumentou o secretário da Fazenda, Framarion Pinheiro. O Rio Grande do Norte igualmente alega dificuldades para atender à determinação do governo federal, que implicaria o pagamento de US\$ 13,5 milhões no próximo ano, desequilibrando o orçamento do estado.

Com uma dívida externa de US\$ 501 milhões, Goiás também está num impasse. Teria que pagar quase US\$ 200 milhões contando-se a dívida do estado, das empresas estaduais de saneamento (Saneago) e de energia elétrica (Celg) e um empréstimo ponte do governo federal.